

DESAFIOS NO ENSINO DE CRIANÇAS AUTISTAS

Hellen Sílvia Lobo Lacerda Giorgetti*

Terezinha Richartz**

RESUMO

Este trabalho aborda os desafios no ensino de crianças autistas. Tal abordagem é devido ao fato de que hoje em dia o Transtorno do Espectro Autista (TEA) é um assunto mais conhecido e debatido pela sociedade. Com isso houve um aumento de crianças diagnosticadas com esse transtorno, o que aumenta também a quantidade de crianças com diagnóstico dentro das escolas. Portanto, essas crianças precisam de atenção diferenciada no processo de ensino-aprendizagem, pois possuem algumas necessidades educativas especiais que dependem de um bom trabalho docente para o sucesso desses alunos. Surgiu assim a obrigação de se pensar sobre os desafios encontrados no ensino dessas crianças na escola, para que possa haver mudanças de atitudes para a realização de uma educação realmente inclusiva. O objetivo desta pesquisa é identificar os desafios do processo de ensino-aprendizagem de crianças autistas no ensino regular. Este intento será conseguido através da pesquisa bibliográfica. A pesquisa evidenciou que grande parte do desafio dessas crianças com TEA, no ensino regular, é a falta de comprometimento da comunidade escolar e da escola e, principalmente, a formação insuficiente dos professores.

Palavras-chave: Autismo. Inclusão. Desafios no ensino.

*Graduanda do curso de Pedagogia. E-mail: hellenlobo17@gmail.com

**Doutora em Ciências Sociais. Professora do Grupo UNIS. E-mail: terezinha.richartz@professor.unis.edu.br

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho analisa os desafios encontrados no ensino de crianças com Transtorno do Espectro Autista nas escolas de ensino regular e, por isso, apresenta o seguinte problema de pesquisa: como a escola regular pode atender o aluno autista de modo que ele tenha uma educação de qualidade?

As hipóteses levantadas nesta pesquisa apontam que ainda há muita falta de informação e preconceito nas escolas e entre os profissionais da educação e que, principalmente, a formação inicial dos professores é insuficiente, desse modo eles encontram dificuldades em selecionar estratégias que viabilizem a aprendizagem do aluno autista.

Tal abordagem se faz necessária pelo fato de que há, hoje, um maior conhecimento por parte das pessoas sobre o autismo e suas características. Segundo a Organização Pan-Americana de Saúde (2017), uma a cada 160 crianças tem Transtorno do Espectro Autista. A estimativa, no Brasil, é que há cerca de dois milhões de autistas. Com isso, o número de crianças que possui diagnóstico também aumenta na escola regular. Sabe-se que cada criança tem diferentes necessidades educativas, mesmo tendo o mesmo diagnóstico de autista, então, há uma grande necessidade de preparar os profissionais para saberem lidar com o aluno autista que é matriculado na escola.

É importante salientar também a contribuição do trabalho para os profissionais da educação, para que haja uma reflexão sobre suas práticas pedagógicas.

O objetivo geral deste estudo é identificar os desafios do processo de ensino-aprendizagem de crianças autistas no ensino regular. Já os objetivos específicos procuram relatar quais são os direitos que têm essas crianças, identificar as dificuldades encontradas pelos professores na inclusão delas e apontar maneiras para realizar uma inclusão de qualidade nas escolas.

Esta tarefa será conseguida a partir de uma pesquisa bibliográfica.

2 O QUE É AUTISMO?

O autismo é um transtorno que se caracteriza por dificuldades na interação social, na comunicação e no comportamento das crianças, sendo que os sinais e sintomas podem variar, inclusive em intensidade (BRASIL, 2015b, p.32).

Esse transtorno começou a ser estudado pelo médico Léo Kanner, em 1943. Ele realizou um estudo que envolveu algumas crianças que tinham comportamentos incomuns,

como falta de interesse nas pessoas, resistência às mudanças e dificuldades na comunicação. Nessa época, os conceitos de autismo e esquizofrenia eram confundidos. Kanner, então, separa o autismo da esquizofrenia (BARBOSA, 2014).

Segundo Orrú (2019, p. 17), “autismo é uma palavra de origem grega (*autós*), que significa por si mesmo. É um termo usado, dentro da psiquiatria, para denominar comportamentos humanos que se centralizam em si mesmos, voltados para o próprio indivíduo.” Nas décadas passadas o autismo era visto de maneira diferente, ainda não se sabia muito sobre o que ele era e culpavam até mesmo a mãe durante a gestação, por ela já ter idade mais avançada ou ser pouco cuidadosa. Ainda não se sabe exatamente quais são as causas desse distúrbio de neurodesenvolvimento, mas diversas pesquisas indicam possíveis motivos.

As hipóteses sobre as causas do autismo são repletas de controvérsias e abordagens desde transtornos psicológicos, disfunções cerebrais, modificação de neurotransmissores, aspectos ambientais até alterações genéticas como possíveis definidores da doença, sendo esta última levantada e analisada mais recentemente por diversos cientistas. (ORRÚ, 2019, p. 25).

Sabemos que muitas pessoas têm uma visão estereotipada de pessoas com autismo. A falta de conhecimento faz com que as pessoas sejam preconceituosas e isso impede o acolhimento dos portadores desta síndrome..

A imagem de um “autismo clássico” tem sido assustadora para a maioria das pessoas, inclusive para muitos médicos. Quando as pessoas são questionadas sobre autismo, geralmente são levadas a dizer que se trata de crianças que se debatem contra a parede, têm movimentos esquisitos, ficam balançando o corpo e chegam até a dizer que são perigosos e precisam ficar trancados em uma instituição para deficientes mentais. São falas que revelam desinformação a respeito dessa síndrome. (ORRÚ, 2012, p.37).

Na atualidade podemos perceber que a quantidade de crianças diagnosticadas com o Transtorno do Espectro Autista está crescendo, devido ao fato de que esse Transtorno está sendo mais estudado e a sociedade tem mais conhecimento para reconhecer os sintomas e buscar profissionais. Sendo assim, podemos observar que o número de crianças autistas nas escolas é maior, tanto em escolar regulares, quanto em escolas especiais.

Surge a necessidade de realizar um trabalho diferenciado nas escolas para incluir essas crianças, considerando suas dificuldades na socialização e, frequentemente, na aprendizagem.

Abordaremos no próximo item a educação inclusiva nas escolas regulares.

3 AS LEIS GARANTEM UMA EDUCAÇÃO INCLUSIVA DE QUALIDADE: Atendimento Educacional Especializado (AEE)

O artigo 205 da Constituição Federal (BRASIL, 1988) afirma que toda criança tem direito à educação e, de acordo com o artigo 54 do Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990), o Estado é obrigado a garantir atendimento especializado às crianças com deficiência, de preferência, na rede regular de ensino. Já a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), foi criada visando à inclusão social e a cidadania (BRASIL, 2015a), especificando como a escola deve proceder no cotidiano, inclusive prevendo, no Art. 3º, um profissional de apoio escolar, para ajudar na mediação do processo ensino/aprendizagem. Este profissional de apoio é um direito que o aluno tem para garantir que as suas singularidades de aluno autista sejam asseguradas e que todas as adaptações necessárias serão realizadas para que o processo de ensino aprendizagem seja garantido. Este profissional também é fundamental para ajudar a criar laços afetivos para que o aluno autista possa melhorar o processo de socialização.

O Art. 27 da lei prevê:

A educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurado no sistema educacional inclusivo, em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem. (BRASIL, 2015a, p. 5)

A inclusão escolar procura atender as necessidades educativas de alunos com dificuldades especiais em salas de aulas no ensino regular com o objetivo de promover o desenvolvimento dessas crianças.

Para tanto, deve ser assegurado às pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação os apoios necessários para seu pleno desenvolvimento, por meio de serviços, recursos pedagógicos, tecnologia assistiva, recursos humanos e acesso aos modos e meios de comunicação mais adequados a cada estudante (BRASIL, 2015a, p. 122).

O acesso e a permanência de todas as crianças na escola é direito de todos, independentemente do nível de ensino, condição física e intelectual.

A escola inclusiva supõe que todas as pessoas são passíveis de aprender e compartilhar da vida escolar e social, desde que seja respeitada a diversidade de cada um, conforme suas necessidades e potencialidades. A inclusão escolar de pessoas com deficiência é o resgate de um direito constitucional garantido por lei a todos os cidadãos, independente de sua condição física e intelectual. (LOANGO, 2017, p. 100)

A escola deve se adaptar para atender esses alunos com necessidades educativas especiais e isso requer mudanças no funcionamento da escola, que deve ter o Atendimento Educacional Especializado e a iniciativa de formação dos professores.

A inclusão sugere mudanças, não apenas no sistema de ensino, mas, principalmente, mudanças que transformem mentes. É preciso que haja compromisso da escola, pois seu papel é de extrema importância, tanto para a inclusão como também para elaborar a adaptação do currículo escolar a fim de melhor atender o educando. (BRITO, 2014, p. 15).

De acordo com o artigo 59 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9.394/96), as escolas devem assegurar aos alunos com necessidades especiais: currículos, métodos, técnicas e recursos educativos específicos para atender às necessidades dos alunos; professores capacitados para integrar esses alunos nas salas de ensino regular, bem como professores com especialização adequada para atendimento especializado (BRASIL, 1996).

O Atendimento Educacional Especializado é um direito assegurado pela Constituição Federal, em seu artigo 208 (BRASIL, 1988), e tem como função manter o aluno na sala regular.

Segundo o Estatuto do Deficiente (BRASIL, 2015a, p. 126), “por meio desse atendimento, é possível organizar recursos, mediações e estratégias para o acesso desses estudantes à rotina escolar e às atividades pedagógico-acadêmicas”.

São usadas salas de recursos multifuncionais podendo ser na mesma escola ou não, onde deve haver atividades diversificadas para possibilitar o aprendizado desses alunos e os professores devem ter formação para trabalhar com esses atendimentos.

Porém, o que podemos ver, na realidade escolar, é que nem sempre esse atendimento acontece de maneira adequada.

4 ESCOLA NÃO EXCLUDENTE

É importante começar reconhecendo o papel que a escola tem na inclusão dos alunos que têm necessidades especiais de aprendizagem. Dias e Gil (2017, p. 54) afirmam que “a cultura escolar precisa ser pensada dentro da política de inclusão, envolvendo não apenas o estudante, o professor da educação especial e o professor regente, mas também os gestores, os técnicos, os funcionários, demais discentes, família, comunidade e poder público como um todo.” Em relação à escola e a comunidade escolar, ainda se tem muito

preconceito e falta de informação. A comunidade precisa parar de ver os alunos com deficiência como sujeitos que não têm potencial para aprendizagem.

[...] é apeteável que a comunidade escolar abra sua mente para conhecer o aprendiz, a criança, adolescente, jovem que é acompanhada pelo autismo e suas particularidades, e que dia a dia a conheça melhor para compreendê-la como sujeito que aprende, um sujeito constituído pela presença dos fatores biológico, cultural, histórico, social, além das singularidades trazidas pelo autismo. (ORRÚ, 2019, p. 57).

As pessoas que estão envolvidas com a escola devem se atentar para as atitudes necessárias para realizar uma inclusão de qualidade, onde o aluno autista seja visto como sujeito que, mesmo com suas necessidades particulares, também aprende. Para Carneiro (2008), a escola que inclui deve ter como objetivo os processos de aprendizagem dos alunos, de acordo com suas particularidades e a educação inclusiva alarga o acesso à escola regular para incluir os alunos.

Instituição de ensino regular aberta à matrícula de TODOS os alunos indistintamente. Este conceito é a base de sustentação da compreensão de escola que, além de trabalhar o conhecimento universal nas suas manifestações contemporâneas, tem, também, a responsabilidade de objetivar processos de aprendizagem, de acordo com as particularidades de cada aluno. (CARNEIRO, 2008, p. 30)

Segundo Richartz e Gonçalves (2016), receitas prontas para a inclusão não existem. É necessário o envolvimento de toda a equipe pedagógica na adaptação do projeto político-pedagógico e do currículo para atender à singularidade. É necessário elaborar planos individuais que contemplem as diversas dificuldades e/ou facilidades e resgatar no aluno a autoria e o desejo de aprender. Orrú defende que,

[...] é preciso que a comunidade escolar não se desresponsabilize do processo de aprendizagem do aluno com autismo ou de qualquer aluno, alegando inopinadamente que não está preparada para receber tais alunos e utilizando como instrumento legal para tal justificativa o diagnóstico clínico, o qual poderá ser usado para indicar espaços de segregação como a melhor opção para este indivíduo rotulado, estigmatizado, discriminado e marginalizado. (ORRÚ, 2019, p. 57).

O preconceito é algo que, muitas vezes, está enraizado na sociedade, então é preciso ampliar a visão, abandonar os julgamentos e transformar a mente para assim poder transformar a maneira como a educação inclusiva é tratada. Se os profissionais mudam seus pensamentos e investem na educação, o comprometimento é muito maior e o trabalho que deve ser feito, provavelmente, terá mais sucesso.

Frequentemente, quando se é falado que alguém tem autismo, essa pessoa deixa de ser vista como um ser e passa a ser vista apenas como “o autista” e seus comportamentos, típicos

de autista. Quando a escola o vê dessa maneira, já está reduzindo o potencial do aluno e fazendo com que ele seja segregado. Quando a instituição visa apenas ensinar o conteúdo dos livros e apostilas, quando ela só é focada nos erros e dificuldades do aluno e, quando ela não é respeitosa em relação às singularidades do seu educando, isso faz com que a escola tenha atitudes excludentes.

Quando a escola aceita realizar a matrícula do aluno com autismo para não ser punida legalmente, mas não se empenha em realmente proporcionar um espaço de acolhimento, permanência e participação desse aluno junto aos demais, ela não está atuando como uma escola de princípios inclusivos, pois apenas receber e aceitar esse aluno todos os dias no espaço escolar não é sinônimo de inclusão, ao revés, é uma pseudo-inclusão. (ORRÚ, 2019, p. 157).

Para Orrú (2019, p. 164) “refletir sobre ações pedagógicas em prol de uma escola não excludente não deve ser visto apenas como responsabilidade dos professores, mas sim de toda comunidade, pois todos nós fazemos parte desta sociedade e somos atores da história da humanidade.” A comunidade escolar deve estar presente nas ações da escola.

Os professores têm um grande trabalho a fazer, mas não é somente responsabilidade deles realizar uma educação que é realmente inclusiva dentro da sala de aula, mas sim de todas as pessoas que participam daquela realidade.

5 PAPEL DOS PROFESSORES NA INCLUSÃO EFETIVA DE CRIANÇAS AUTISTAS

O estímulo da inclusão escolar no sistema educacional, geralmente traz incômodo no ambiente escolar, especialmente nos professores. Eles alegam não ter preparação para receber alunos com necessidades especiais em suas salas. Quando se trata de alunos com autismo, fica mais difícil por causa da individualidade de cada autista. Porém, sabemos que o ponto de partida para a inclusão na sala de aula é o professor ver em seu aluno o potencial de aprender.

Vemos que grande parte dos problemas relacionados à inclusão de alunos com deficiência ou dificuldade na escola regular é a formação dos professores. Ser professor, de qualquer maneira, exige formação continuada, e quando o professor se depara com um aluno especial em sua sala, ele precisa se preparar para saber como lidar com isso, e fazer o necessário para ajudar esse aluno a aprender. (AMORIM, 2017).

Uma das grandes barreiras que dificulta a inclusão é a formação dos professores. Infelizmente, prega-se a inclusão, mas, na prática de ensino regular, existe muito preconceito. Este preconceito envolve desde o professor, em relação à sua falta de

preparo, até as crianças que convivem com os colegas inclusivos, que também não recebem instruções para acolher e lidar com estes colegas especiais. (BRITO, 2014, p. 15).

Para ensinar crianças autistas não há somente uma proposta, pois cada autista tem suas peculiaridades e precisa de intervenções pedagógicas diferentes. Orrú (2019, p. 163) afirma que “o trabalho pedagógico junto a alunos com autismo quase sempre é desafiado pelas singularidades próprias deste aprendiz, além das possíveis dificuldades no processo de aprender, na complexidade das interações sociais e na comunicação”. Por conta das características das crianças autistas e suas dificuldades de interação e comunicação, muitas vezes eles não recebem a atenção devida dos professores e ficam isolados, presos nos seus mundos particulares.

É necessário, então, que os profissionais da escola respeitem as singularidades do aluno com autismo, eles devem trabalhar junto com a família para conhecer aquele ser, para que possam fazer escolhas justas e corretas para que o sujeito tenha direito à aprendizagem. Segundo Schwartzman (2003), as intervenções educacionais ou pedagógicas são aquelas que podem trazer resultados mais significativos, e a escolhas dessas abordagens dependerá das características de cada caso. O professor deve conhecer e identificar as dificuldades específicas de cada aluno e conhecer o que é o autismo, para que ele saiba como lidar e como trabalhar com ele. Por exemplo, se esse aluno tem mais dificuldades na comunicação e na interação social, é importante usar intervenções educacionais que vão ajudá-lo nesse ponto. Há alguns métodos usados para facilitar a comunicação, como PECS (Sistema de Comunicação por Troca de Imagens), TEACCH (Tratamento e Educação para Autistas e Crianças com Déficits Relacionados à Comunicação) e ABA (Análise do Comportamento Aplicada) (GARCIA; OLIVEIRA, 2019). Usar métodos adequados às necessidades do aluno também ajuda nas questões comportamentais dele. Essa atitude ajuda a criança a aprender mais efetivamente e até a interagir melhor socialmente, dependendo da intensidade dos seus sintomas. Para Mello (2017, p. 131) “o professor deve promover, como mediador, intervenções pedagógicas que garantam a esses indivíduos, de forma planejada, sistematizada e organizada, os direitos de inclusão na escola regular”.

Nas crianças com AI¹, os objetivos das intervenções educacionais dependerão, em grande medida, do grau de comprometimento presente. Nos pacientes com prejuízos cognitivos importantes, os esforços deverão se dirigir, de forma mais específica, para a tentativa de aumentar a comunicação e as interações sociais, para a redução das alterações comportamentais (estereotípias, hiperatividade etc.), para a

¹ Autismo infantil

maximização do aprendizado, e para a independência nas atividades de vida diária. (SCHWARTZMAN, 2003, p. 105).

Por isso, é necessário inovar e formar professores para atender as necessidades desses alunos. Para Schwartzman (2003) “a criança deverá frequentar uma escola que seja adequada às suas necessidades e características. Determinadas crianças poderão se beneficiar de métodos pedagógicos específicos.” Educar não é algo que tem uma receita, pois cada aluno é único e, quando se trata de alunos autistas, também. É necessário inovar para chegar onde for preciso, sempre levando em consideração as necessidades de cada aluno. Brito (2014, p. 41) propõe que “há alguns modelos de ensino para a educação especial, porém, nada impede que novos métodos sejam tentados e que, o mais importante, sejam mesclados e adaptados de acordo com a necessidade de cada indivíduo”.

O professor deve ter a consciência do tempo que seus alunos aprendem, não deve correr mais que o necessário e nem parar onde não for necessário. O aluno vai ter um ritmo próprio para aprender o conteúdo ensinado, cabe ao professor conhecer esse ritmo e se adaptar.

O conteúdo deve ser adaptado e o professor tem que ter a consciência de que é dado sempre um passo de cada vez. Se o educando desenvolver rápido e já puder passar para outra atividade, tudo bem, mas se não conseguir, tudo bem também. Adapte a matéria e selecione o que realmente importa naquele capítulo e o que realmente importa para o educando assimilar. Atente para o tipo de dificuldade do educando e avalie, juntamente com a coordenação, o quanto irão explorar cada tópico estudado pelos outros educandos da mesma sala ou da mesma série. (BRITO, 2014, p. 59).

Levando em consideração a enorme responsabilidade do professor, sabemos que ele está incumbido de ensinar seu aluno e valorizá-lo, além do seu diagnóstico. Ele deve se preocupar em ajudar a criança a ser capaz de resolver problemas, ser independente, realizar atividades do seu cotidiano e não somente em ensinar conteúdos das disciplinas escolares. Ele deve conhecer seu aluno, olhar para as habilidades que ele já possui, promover novos aprendizados. Um bom professor que inclui em sua sala tem a confiança de seu aluno e o ajuda a se sentir aceito.

Sabemos que há profissionais que já são cientes da necessidade de se comprometer com seus alunos e fazem um trabalho excelente, mas também sabemos que ainda há um longo caminho para trilhar em relação à educação inclusiva.

Devemos reconhecer que já temos educadores comprometidos com seus educandos e que estes já têm disseminado um bom trabalho. Porém, não podemos nos esquecer que ainda falta muito e que esta grande parcela pode complicar o trabalho daqueles que já trabalham com a verdadeira inclusão. (BRITO, 2014, p. 81).

Mello (2017, p. 130) afirma que “[...] a formação do professor é um fator preponderante e proporcionará uma prática pautada em princípios teóricos e referenciais que ajudarão no desenvolvimento do estudante e aumentarão a probabilidade de sucesso dele”, com isso, se vê a grande importância do professor no processo de aprendizagem do aluno e das possibilidades de sucesso que ele pode obter. Então, a seguir será discutido sobre a importância da formação continuada dos professores.

5.1 Importância da formação continuada dos professores para a reflexão sobre a prática docente

Para o professor, o ponto inicial ao se pensar em inclusão de um aluno autista, é começar a mudar a maneira com que ele pensa e age, para assim refletir a mudança na sua prática docente. Orrú (2003, p.6) acredita que “[...] para promover a educação à pessoa com autismo, é preciso, antes de mais nada, promover transformação na vida pessoal e profissional do educador como forma de inovar o processo educativo junto ao aluno com autismo”. Com a boa vontade de aprender, o professor terá grandes chances de ter sucesso nesse trabalho educativo. Sabemos que a prática do professor será baseada nas necessidades de seus alunos, porém, é necessário obter conhecimento científico para saber a base do trabalho docente.

Para tanto, partimos de três categorias com o fim de enriquecer o processo pelo qual se dá o conhecimento científico da prática docente. São elas: a reflexão na ação do educador, a conscientização do que seja a profissão docente e a inovação como resultado das práticas investigativas. (ORRÚ, 2003, p.6)

Partindo disso, o próximo passo para melhorar a prática docente é investir em formação, realizando cursos de capacitação para aprender quais são as estratégias educacionais que podem ser utilizadas. Menezes e Cruz (2013, p. 135) afirmam que “[...] a formação continuada pode ser compreendida como espaço/tempo de aprimoramento docente, consequente aos estudos realizados em cursos de nível médio e/ou superior”.

A própria escola também pode oferecer esses momentos de aprendizagem dos seus profissionais, desenvolvendo projetos de formação continuada, com grupos formados por profissionais da escola, onde podem ser realizadas aulas expositivas sobre inclusão, sobre comportamento, linguagem e comunicação e apresentação da prática do AEE. (MENEZES; CRUZ, 2013).

Esses projetos de formação continuada devem propor novas metodologias e incentivar discussões teóricas baseadas nos estudos atuais.

Entretanto, a formação em si não é uma receita milagrosa para obter resultados rápidos e precisos na prática, e sim uma oportunidade para o profissional olhar para si e se questionar sobre suas ideias e seu comportamento. É importante saber que a vida é imprevisível. O profissional tem a obrigação de se preparar, aprender e aplicar, mas com a consciência de que nem tudo está sob seu controle. Todos os imprevistos que acontecem ao longo da prática devem ser vistos como novas possibilidades de aprender. Assim, o profissional pode superar e mudar a si e sua forma de praticar a docência.

Como a vida é, terminantemente, cheia de surpresas e de possibilidades, mesmo que o educador se mantenha dedicado no aprender através de conhecimentos científicos e por meio de sua prática reflexiva, momentos de incertezas podem surgir. Porém, são essas situações que, às vezes, se apresentam meio emaranhadas, que constroem degraus para a superação de si próprio. Tais momentos devem ser encarados como desafios encorajadores, determinantes de uma nova busca a respostas não imediatistas, mas construtivas para a contínua mutabilidade do ser humano. (ORRÚ, 2003, p. 8)

Assim, o professor tem a obrigação de buscar conhecimento constantemente. Ele nunca deve parar de estudar e aprender, pois não há limite quando o assunto é conhecimento e o que se aprende no presente pode sofrer mudanças no futuro. Portanto, o educador tem que estar sempre buscando inovação e formação para atender as necessidades de seu aluno. Assim, essa criança autista terá a oportunidade de se desenvolver mais plenamente como um sujeito capaz de aprender, assim como os demais alunos da sala de aula.

Ainda não encontramos a linha finita deste horizonte. Este é um dos braços de um grande rio que desemboca no oceano. O conhecimento não tem limites. Muitas interrogações sobre as possibilidades e o modo de educar-se uma pessoa com autismo continuam aflorando. Colocar um ponto final neste trabalho é impossível e contraditório aos nossos princípios norteadores. (ORRÚ, 2003, p. 11).

O importante é perceber que a formação continuada é imprescindível para superar os desafios de ensinar aluno autista. Afinal, a ciência continua pesquisando e novas descobertas podem ajudar o professor no processo de ensino/aprendizagem.

6 CONCLUSÃO

Retomando nossa pergunta inicial sobre como a escola pode atender o aluno autista de modo que ele tenha uma educação de qualidade, observamos, na pesquisa, que há a

necessidade de ter boa vontade por parte dos profissionais e pessoas envolvidas com a escola para acolher alunos com necessidades educativas especiais.

Podemos afirmar que há uma grande falta de informações corretas na sociedade sobre o autismo em si. Isso faz com que haja preconceito na comunidade escolar. Demonstramos com a pesquisa que procurar obter conhecimento é um dos principais pontos na inclusão efetiva de alunos autistas.

A educação inclusiva é um direito dos alunos e um dever da escola, que deve então, promover atitudes tanto dos professores, quanto dos demais profissionais e pessoas envolvidas na comunidade escolar, para se adaptar às necessidades educativas específicas de seus alunos. Inclusão de qualidade não é só matricular o aluno na escola e deixá-lo marginalizado na sala de aula, mas sim alocar esforços para ajudar aquele aluno a aprender, tanto conteúdos escolares, quanto ensinamentos importantes para toda a sua vida, pois a inserção dessa criança na escola é um meio de contribuir com o desenvolvimento dela em âmbito social.

Um dos maiores desafios encontrados na educação dessas crianças é a formação insuficiente dos professores que lidam com elas na sala. Mesmo havendo o profissional de apoio para adaptá-la às atividades e ajudar na interação social com as outras pessoas da comunidade escolar, é necessário que o professor regente da sala saiba como trazer esse aluno para participar de sua classe, com os demais colegas.

Concluimos que parte fundamental da educação de crianças autistas na escola regular é a formação continuada dos professores, para que eles saibam como lidar com um aluno autista dentro da sua sala de aula. A escola deve promover esses momentos de formação para que os professores possam saber como usar metodologias adequadas em seu ensino, já que a ciência, a todo momento, faz novas descobertas que ajudam a compreender qual é o caminho mais curto para ajudar o aluno autista na aprendizagem e na socialização com os demais colegas.

CHALLENGES IN TEACHING AUTISTIC CHILDREN

ABSTRACT

This work addresses the challenges in teaching autistic children. Such an approach is due to the fact that nowadays Autism Spectrum Disorder (TEA) is a subject more known and

debated by society, and with that there was an increase of children diagnosed with this disorder, which also increases the number of children diagnosed within schools. Therefore, these children need some attention in the teaching-learning process, as they have some special educational needs that depend on good teaching work for the success of these students, thus arising the need to think about the challenges found in teaching these children in school, so that there can be changes in attitudes towards the realization of a truly inclusive education. The purpose of this research is to identify the challenges of the teaching-learning process of autistic children in regular education. This aim will be achieved through bibliographic research. The research showed that a large part of the challenge of these children with ASD in regular education is the lack of commitment from the school community and the school and mainly the insufficient training of teachers.

Keywords: *Autism. Inclusion. Challenges in teaching.*

REFERÊNCIAS

AMORIM, Julieri Moraes. **Os desafios da inclusão escolar no ensino regular público de Barra do Garças - MT: algumas considerações.** 2017. Disponível em: <<https://monografias.brasilecola.uol.com.br/educacao/os-desafios-inclusao-escolar-no-ensino-regular-publico-barra.htm>>. Acesso em: 06 set. 2020.

BARBOSA, Priscila Maria Romero. Autismo. **Revista Educação Pública**, [S. l.], 2014. Disponível em: <<https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/14/40/autismo>> Acesso em: 20 jun. 2020.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 29 maio 2020.

BRASIL. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990.** Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília, DF: Casa Civil, 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm>. Acesso em: 25 maio 2020.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Lei e Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, DF: Casa Civil, 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9394.htm>. Acesso em: 25 maio 2020.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015.** Brasília: Casa Civil, 2015a. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm>. Acesso em: 06 set. 2020.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Linha de cuidado para a atenção integral às pessoas com transtorno do espectro do autismo e suas famílias no sistema único de saúde**. Brasília: Ministério da Saúde, 2015b. Disponível em: <https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/linha_cuidado_atencao_pessoas_transtorno.pdf> Acesso em: 20 jun. 2020.

BRITO, Anita. **TEA e inclusão escolar: um sonho mais que possível**. São Paulo: Edição do Autor, 2014. 100 p.

CARNEIRO, Moaci Alves. **O acesso de alunos com deficiência às escolas e classes comuns: possibilidades e limitações**. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

DIAS, Robson Batista; GIL, Daniela Fernanda Viduani Sopran. Educação especial e ensino comum: um espaço para inclusão. In: DIAS, Robson Batista; BRAGA, Paola Gianotto; BUYTENDORP, Adriana Aparecida Burato Marques. **Educação especial e autismo**. Campo Grande: Perse, 2017. p. 45-58. Disponível em: <http://www.sed.ms.gov.br/wp-content/uploads/2015/05/EBOOK-Educacao-Especial-e-Autismo-FINAL.pdf>. Acesso em: 21 set. 2020.

GARCIA, Gisele Aparecida; OLIVEIRA, Talyta Resende de. Novo olhar sobre a prática de alfabetização e letramento de crianças com autismo. **Educação e Saúde: fundamentos e desafios**, [S.l.], v. 1, n. 2, p. 127-141, jul. 2019. ISSN 2594-3820. Disponível em: <<http://186.194.210.79:8090/revistas/index.php/educacaoesauade/article/view/331>>. Acesso em: 19 jul. 2020.

LOANGO, Elen Cristina Vignolli. A inclusão do estudante com transtorno do espectro autista na escola comum. In: DIAS, Robson Batista; BRAGA, Paola Gianotto; BUYTENDORP, Adriana Aparecida Burato Marques. **Educação especial e autismo**. Campo Grande: Perse, 2017. p. 89-112. Disponível em: <http://www.sed.ms.gov.br/wp-content/uploads/2015/05/EBOOK-Educacao-Especial-e-Autismo-FINAL.pdf>. Acesso em: 21 set. 2020.

MELLO, Cidnei Amaral de. Atendimento educacional especializado para o estudante com autismo. In: DIAS, Robson Batista; BRAGA, Paola Gianotto; BUYTENDORP, Adriana Aparecida Burato Marques. **Educação especial e autismo**. Campo Grande: Perse, 2017. p. 113-135. Disponível em: <<http://www.sed.ms.gov.br/wp-content/uploads/2015/05/EBOOK-Educacao-Especial-e-Autismo-FINAL.pdf>>. Acesso em: 21 set 2020.

MENEZES, Adriana; CRUZ, Gilmar de Carvalho. Estratégias de formação de professores para a inclusão escolar de alunos com autismo. In: GLAT, Rosana; PLETSCH, Márcia Denise (Org.). **Estratégias educacionais diferenciadas para alunos com necessidades especiais**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2013. p. 127-142.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE. **FOLHA informativa: transtorno do espectro autista**. Brasília: PAHO, 2017. Disponível em: <https://www.paho.org/bra/index.php?Itemid=1098>. Acesso em: 02 out. 2020

ORRÚ, Sílvia Ester. A formação de professores e a educação de autistas. **Revista Iberoamericana de Educación**, [S. l.], v. 33, n. 1, p. 1-14, 15 mar. 2003.

ORRÚ, Sílvia Ester. **Aprendizes com autismo**: aprendizagem por eixos de interesse em espaços não excludentes. 2. ed. atual. e ampl. Petrópolis, RJ: Vozes, 2019. 257 p.

ORRÚ, Sílvia Ester. **Autismo, linguagem e educação**: interação social no cotidiano escolar. 3. ed. Rio de Janeiro: Wak, 2012. 188 p.

RICHARTZ, Terezinha; GONÇALVES, Julia Eugênia. Psicopedagogia Institucional: sugestões de um roteiro de intervenção no ensino superior. **Revista de Psicopedagogia**, São Paulo, v. 33, ed. 102, 2016. Disponível em: <
<http://www.revistapsicopedagogia.com.br/detalhes/506/psicopedagogia-institucional--sugestoes-de-um-roteiro-de-intervencao-no-ensino-superior>>. Acesso em: 06 set. 2020.

SCHWARTZMAN, José Salomão. **Autismo infantil**. São Paulo: Memnon, 2003.